



---

**EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

---

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024**

**Proc. Adm. nº 2357/2022**

**Objeto: SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RSS E MEDICAMENTOS VENCIDOS**

**RECORRENTE: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

**RECORRIDA: ESN INCINERACAO DE ITAPERUNA LTDA**

**I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 030/2024.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas a ESN INCINERACAO DE ITAPERUNA LTDA apresentou manifestação.

**II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.**

Em um resumo sintetizado, a Licitante SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, interpôs recurso alegando o seguinte:

*Durante a fase de habilitação, constatou-se que a referida empresa apresentou diversas falhas graves na documentação exigida pelo edital, comprometendo a sua regularidade para participar do certame. As inconsistências observadas na documentação indicam um descumprimento dos requisitos mínimos de habilitação, evidenciando a falta de conformidade com as exigências legais e editalícias.*

**DAS IRREGULARIDADES:**

- DO VALOR INEXEQUÍVEL DA PROPOSTA
- DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA.**

Em suas contrarrazões, a Recorrida ESN INCINERACAO DE ITAPERUNA LTDA, informa atender na íntegra às exigências do Edital, conforme ponderado no referido documento.

**IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO**

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento datada de 30/08/2024.

Cumprir destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo).

Vejamos ponto a ponto as ponderações da recorrente:

**DO VALOR INEXEQUÍVEL DA PROPOSTA**

O item 8.4 do edital prevê o seguinte:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.4 No caso de fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, haverá indício de inexecutabilidade quando as propostas comerciais contiverem valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração conforme preconiza a IN – Seges/ME 73/2022, concomitante com os Acórdãos 465/2024 e 948/2024 - Plenário TCU.

Ocorre que durante a sessão, após o término da fase competitiva e consequente aceitação da proposta vencedora, o Pregoeiro identificou imediatamente que a proposta se encontrava com pouco mais de 50% de economia em relação ao valor estimado e, na oportunidade, já requereu à empresa vencedora que apresentasse, juntamente de sua proposta final realinhada, Declaração de exequibilidade de proposta concomitante com a devida planilha de custos.

Cumpra ressaltar que não é razoável que o Pregoeiro e comissão julguem uma proposta inexecutável, sem ao menos dar a oportunidade à empresa vencedora de apresentar documentos que comprovem a exequibilidade de sua proposta. Como diz a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO: “É possível a comprovação de execução do contrato, ainda que ínfimo o valor da proposta”. Considerando a proposta final apresentada, não é lícito a Administração Pública presumir que o preço ofertado pela empresa é inexecutável, pois não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas, de forma que atuar com margem de lucro mínima não encontra vedação legal, dependendo da estratégia comercial da empresa, não conduzindo, necessariamente, à inexecução da proposta.

Entretanto, após uma nova avaliação da proposta final apresentada pela recorrida, pôde-se identificar uma inconsistência tendo em vista a divergência dos valores constantes no quadro de proposta e dos informados na planilha orçamentária, conforme veremos a seguir.

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	Valor Estimado	Valor Proposto	Valor Total
01	Serviço de Coleta de Resíduos hospitalar e de Medicamentos Vencidos- caminhoneta com capacidade de 1.000 kg, no total de 01 veículo	H	2.000	47,49	24,02	48.040,00
	Destinação Final de Resíduos Sólidos de Saúde	KG	12.000	8,14	4,54	54.480,00
	Destinação Final de Medicamentos vencidos	KG	7.000	6,90	2,34	16.380,00
					Valor Global:	
					R\$	118.900,00

Item 01	Serviço de Coleta de Resíduos hospitalar e de Medicamentos Vencidos- caminhoneta com capacidade de 1.000 kg, no total de 01 veículo	Valor total:	Item 02	Destinação Final de Resíduos Sólidos de Saúde	Valor total:
A1	DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	19.740,00	A1	DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	
A2	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS (PNEUS, LUBRIFICANTES, PEÇAS REPOSIÇÃO, RECAPAGENS, ETC)	6.000,00	A2	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DOS MAQUINÁRIOS PARA DESTINAÇÃO FINAL RSS	
A3	DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS (COM ENCARGOS)	53.324,99	A3	DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS (COM ENCARGOS)	
A4	DESPESAS COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS		A4	DESPESAS COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	
A5	DESPESAS OPERACIONAIS (CUSTOS ADMINISTRATIVOS)		A5	DESPESAS OPERACIONAIS (CUSTOS ADMINISTRATIVOS)	
A6	OUTRAS - ESPECIFICAR:	7.195,92	A6	DESPESAS LEGALIZAÇÃO AMBIENTAL	
C	VALOR DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	14.785,12	A7	OUTRAS - ESPECIFICAR:	6.330,00
D	LUCRO	4.313,05	C	VALOR DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	1.084,96
E	VALOR EM R\$ (D = A + B + C)	R\$ 105.359,08	D	LUCRO	316,50
			E	VALOR EM R\$ (D = A + B + C)	R\$ 7.731,46

Item 03	Destinação Final de Medicamentos vencidos	Valor total:
A1	DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	
A2	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DOS MAQUINÁRIOS PARA INCINERAÇÃO	
A3	DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS (COM ENCARGOS)	
A4	DESPESAS COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	
A5	DESPESAS OPERACIONAIS (CUSTOS ADMINISTRATIVOS)	
A6	DESPESAS LEGALIZAÇÃO AMBIENTAL	
A7	OUTRAS - ESPECIFICAR:	4.756,30
C	VALOR DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	815,23
D	LUCRO	237,82
E	VALOR EM R\$ (D = A + B + C)	R\$ 5.809,35



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Os valores informados na planilha de custos somados perfazem um total de R\$ 118.899,89, ou seja, poucos centavos de diferença em relação ao valor global de sua proposta, sendo este de R\$ 118.900,00. Ressalta-se que tal diferença é irrisória e não comprometeria a validade da mesma, entretanto ao se avaliar os valores da planilha de custos item a item é onde ocorre a inconsistência mencionada conforme as imagens acima, portanto restando prejudicada a avaliação dos custos informados com relação à sua exequibilidade.

• *DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA*

Em relação a tal questionamento, o mesmo não merece prosperar uma vez que não consta no instrumento convocatório a exigência da apresentação de Balanço Patrimonial e índices contábeis. Portanto, tendo em vista o princípio da VINCULAÇÃO DO EDITAL, não há como exigir documento dos participantes que não estejam devidamente previstos em edital.

• *DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA*

Com relação à Qualificação Técnica apresentada pela empresa, o Pregoeiro e comissão atestam a validade do mesmo por entender seu pleno atendimento ao item 9.3.10 do edital:

9.3.10 Comprovação de qualificação hábil para fornecimento dos produtos e/ou prestação de serviços, objeto desta licitação, constituído por declaração (ões) **concedida (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado**, atestando que a licitante prestou serviços semelhantes aos do objeto desta licitação.

Ressalta-se que o texto constante do termo de referência mencionado pela recorrente onde diz “ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso**”, é parte integrante de todos os modelos de Termos de referência desta Prefeitura. No entanto, para que se configure a obrigatoriedade da apresentação destes, os mesmos deverão ser solicitados de maneira efetiva como, por exemplo, a Licença Ambiental e Licença Sanitária, preconizados nos itens 9.3.11 e 9.3.12 do Edital (ou 9.17 e 9.18 do TR), e não de maneira genérica como no referido item:

9.16. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

Com relação aos demais documentos técnicos mencionados pela recorrente, tais como “Atestado Técnico sem Registro no Conselho Competente; Certidão Profissional Inadequada e Sem Vínculo Atual e Ausência de Comprovante de Registro nos Conselhos de Classe”, ressalta-se que o Edital não traz as referidas exigências, portanto não há como exigí-los tendo em vista o princípio da VINCULAÇÃO DO EDITAL.

Dito isto, após reavaliação dos documentos e proposta apresentados pela empresa vencedora, constatou-se que a recorrida atendeu na íntegra às exigências do instrumento convocatório, no que tange à documentação de habilitação em geral. No entanto, em relação à sua proposta final apresentada entendemos que a mesma não preenche os todos os requisitos para sua aceitação, pelas inconsistências informadas neste documento.

Face ao exposto, o PREGOEIRO retifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 2357/2022 (EDITAL PE 030/2024), alterando a decisão que foi proferida em 30/08/2024 com a respectiva desclassificação da proposta da empresa recorrida: ESN INCINERACAO DE ITAPERUNA LTDA, pelos motivos mencionados neste documento, dando sequência com a convocação dos remanescentes em ordem de classificação.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 16 de setembro de 2024.

**Thiago Bandeira de Gouvêa Marques**  
Pregoeiro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

***Maria Luiza Ferreira Barbosa***  
***Secretária Municipal de Saúde***